

O Catolicismo

Para manter o seu domínio sobre os homens e estabelecer a autoridade humana, as autoridades eclesiásticas romanas deviam manter a ignorância sobre as filosofias e escrituras. A mesma Bíblia devia ser diferente. Devia exaltar Deus e os patriarcas, mas também um Deus forte para opor ao próprio Jeová dos Hebreus, ao Buda, aos poderosos deuses do Olimpo.

Trouxeram a Divindade Arcaica Oriental, misturando as fábulas com as antigas histórias de Moisés, Elias, Isaías, etc., colocando-se Jesus, não mais como Messias ou Cristo, mas o Jesus divindade no lugar de Jezeu Krishna, a segunda pessoa da trindade arcaica de uma religião conhecida em Roma. Disso tudo deveria nascer uma religião forte como convinha ao império romano, estruturada na sua hierarquia, sediada em Roma, adotando a sua língua, o latim. Foram criados, em seguida, os mitos da sagrada família, de todos os santos, mas as verdades do verdadeiro cânone do Novo Testamento, e as sagradas escrituras, deveriam ser suprimidas ou ocultadas, inclusive, a obra de Sócrates e muito mais, esta obra do Jesus verdadeiro.

Esta lógica foi adotada pelas forças clericais mancomunadas com a política romana, que precisava desta religião. Forte o bastante para impor-se aos povos dominados por Roma, para assegurar-se nos domínios conquistados, onde dominava as terras, mas não o espírito dos povos ocupados. Em troca, o cristianismo ganhava a universalidade, pois ia se tornar "A Religião Imperial Católica Apostólica Romana", a Toda Poderosa, sustentada pela força da espada, nominalmente remissiva, pregando o perdão, mas na prática, derrotando os inimigos à força.

O imperador romano Constantino foi o articulador desta conspiração. Depois do período apostólico, o cristianismo era uma presença desorganizada em Roma. Havia confrontações com os pagãos e perseguições à causa dos cristãos. Em 313, Constantino partilhava o governo com Licínio e encontrando-se em Milão, discutiram a situação e decidiram que os cristãos fossem livres para praticar a sua religião. Com este edito, eliminavam definitivamente as perseguições aos cristãos do império romano. Os perseguidos, para firmar a nova posição, transformaram-se em perseguidores dos pagãos e daí nasceram novas desordens, ao mesmo tempo em que a nova religião tornava-se uma nova moda. Vários líderes cristãos adotaram o método religioso da reunião, igual ao dos pagãos, e começaram a surgir igrejas, onde os devotos ricos iam e vinham entre os pobres, desfilando sedas e jóias, nas quais os bordados cristãos tinham substituído as figuras míticas pagãs. Mas também este cristianismo estava longe de ser uma força política segura.

Havia o perigo da Pérsia sassânida, que, antes, uma nação fraca, tornava-se um estado em expansão feroz, que mais tarde conquistaria quase todo o oriente romano. Havia o perigo das heresias: os maniqueus, por exemplo, que com seus missionários e textos sagrados, estavam ganhando adeptos no Turquestão e na China. Havia dissensão política nos recantos mais distantes do reino, onde havia administradores que estavam deixando de ser leais com Roma. Havia inflação alta, que Constantino piorou. Havia os Judeus com seus livros religiosos. E havia ainda os pagãos. Então não era da tolerância pregada pelo cristão que Constantino precisava, mas de uma religião autoritária, rígida, sem evasivas, de longo alcance, com raízes profundas no passado e uma promessa inflexível no futuro, estabelecida mediante poderes, leis e costumes terrenos. Para isso, Constantino devia adaptá-la, impondo-lhe a sua estrutura hierárquica, seu regime monárquico imperial, sua política de conquistas de territórios e de acumulação de riquezas, e até mesmo, devia usar a sua língua, o latim, e sua capital, Roma, para serem o idioma e a sede da Igreja Católica Apostólica Romana, portadora da única religião que ele deveria providenciar, pois não era nada disso, mas com sua influência, veio a ser.

Já em 313, a mãe de Constantino, Helena, arditamente, tinha começado a infiltrar-se entre os cristãos e numa sua peregrinação ao calvário, aos pés da colina, mexendo na terra com as mãos, fez o seu "milagre" pois reencontrava aí, os três pregos que teriam sido da crucificação de Jesus. Nos dias de hoje seria um milagre mesmo, porque nenhum prego resistiria tanto tempo à corrosão da terra e, também hoje, prova-se que tais formas de pregações não eram usadas na época de Jesus, pois os pés eram pregados aos lados da barra e fixados a pregos nos calcanhares. Mas com uma mãe tão arditosa, em maio de 325, em Nicéia, Constantino apresentou-se diante de uma corte de bispos nomeados por ele. Declarou-se bispo das coisas externas e declarou que na sua recente guerra (de traição) contra Licínio, havia realizado uma campanha contra o paganismo. Graças a estes feitos, daí em diante, devia ser visto como um líder, emissário da própria divindade, afinal era o Imperador.

Quando morreu, em 337, foi batizado e enterrado, considerando-se que ele se tornara um décimo terceiro Apóstolo, e na iconografia eclesiástica foi representado recebendo a coroa das mãos de Deus. Constantino, como vimos, tinha necessidade de uma religião que viesse ao seu caso além de neutralizar a infiltração da lei do Amor no Estado que lhe enfraquecia o poder, e esta oportunidade a via no próprio cristianismo. Devia porém modificá-lo primeiro e, a tal propósito decidiu, nesta, brandir contra os pagãos, os próprios heróis deles impondo aos cristãos novos valores. Na sexta feira Santa do mesmo ano, em Nicéia, foi convocado o primeiro Concílio em 325 pelo imperador Constantino para condenar a heresia de Ário, que negava a segunda pessoa da Trindade, o Filho. O Concílio contou com cerca de 300 participantes. Do Ocidente, vieram os enviados do papa Silvestre I e cinco bispos. Dele também participou o próprio imperador com seus dignitários.

Constantino dirigiu-se a essa congregação de bispos e teólogos cristãos, e lhes falou da profecia, da "verdade eterna do cristianismo", e da condenação das principais proposições de Ário. Este Concílio determinou portanto, uma profissão de fé, promulgada por lei imperial, onde se determinava que Jesus era da mesma substância do Pai. E seria condenado como herege quem não tivesse estas convicções.

Batizou a reunião como: - "Assembléia dos Santos", tratou da data da Páscoa a ser fixada no primeiro Domingo posterior ao primeiro plenilúnio da primavera, e disse ainda: "Meu desejo é derivar, "mesmo de fonte externa", um testemunho da natureza divina do Cristo. Pois diante de tal testemunho devia ser evidente que mesmo aqueles que blasfemavam contra Seu nome, deveriam reconhecer que Ele é Deus e filho de Deus. Assim começou a história desta religião originada de uma elástica interpretação da obra de Virgílio (poeta latino 70-19 a C.), de autoria grega, que muito mais tem a ver com as idéias de Constantino de que com aquelas de Jesus, que aí ficava só emprestando o Seu nome.

Tradicionalmente, as profecias eram consideradas infalíveis, quando serviam aos governantes, logo, era mais fácil mudar as circunstâncias históricas do que alterar as palavras da profecia. Constantino não alterou a História, nem as palavras proféticas da Sibila Eritréia, mas foi pô-la no seu caso e só omitiu que isto fazia parte da mitologia pagã:- mandou traduzir Virgílio para o grego, com licença poética elástica de acordo com seus propósitos políticos. Constantino, automeado bispo também, leu trechos do poema traduzido para sua platéia e tudo o que lhe servia para montar a sua Bíblia estava lá. Nas palavras antigas de Virgílio havia, "a Virgem, o esperado Messias, os eleitos, o Espírito Santo, etc.". Constantino escolheu discretamente esquecer aqueles trechos em que Virgílio mencionava que isso se referia aos deuses pagãos, Apolo, Pã e Saturno. Personagens antigos que não podiam ser omitidos tornaram-se metáforas da vinda de Cristo. "Outra Helena outra guerra criará,/ E o grande Aquiles apressa o destino de Tróia", escrevera Virgílio. Isso, disse Constantino, era o Cristo "fazendo guerra contra Tróia, entendendo por Tróia o próprio mundo"...

Esta história é contada por completo no livro "UMA HISTÓRIA DA LEITURA", de Alberto Manguel, COMPANHIA DAS LETRAS -SP. 1997- (das páginas 228 a 237) da "LEITURA DO FUTURO" - Editora Schwarcz Ltda. S.P.

E diz ainda este autor: - *"O edito de Milão oferecera liberdade de fé a todos os cidadãos romanos, o Concílio de Nicéia limitou essa liberdade só para aqueles que se reuniam em lugares determinados, e adotavam o credo de Constantino. Passados apenas doze anos, gente que ganhava em Milão, em 313, o direito público de ler ou praticar a crença que quisesse e como quisesse, agora, em 325, era informada, em Antióquia e Nicéia, de que somente uma leitura e uma crença era verdadeira, sob pena de punição legal. Estipular uma crença única e um texto*

religioso era necessário, segundo a concepção de Constantino de um império unânime. Mais original e menos compreensível é que a noção de uma única leitura ortodoxa para um texto secular como os poemas de Virgílio, viesse a ser a Bíblia, que depois daquele tempo veio a ser conhecida como de São Nilo, feita de figuras, que eram inspiradas por conta dos oráculos falados, que da palavra escrita, da obra de Virgílio, passou a formar esta Bíblia desenhada".